

## DESPACHO ADMINISTRATIVO

### ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 013/2020

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, através da Agente de Licitação, responsável pela Licitação nº 013/2020, vem por meio desta, apresentar a competente resposta à impugnação protocolada pela empresa ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A.

Sustenta a impugnante que o Edital de Licitação nº 13/2020, referente à contratação de empresa seguradora para formalização de contrato de seguro para os imóveis de propriedade da COCEL, que *“tal exigência é desnecessária a indicação de corretor com sede na cidade de Campo Largo/PR, já que, pela praxe do mercado segurador, as companhias seguradoras possuem consultores e prepostos, que atendem o Estado do Paraná, como também diversas localidades, em todo território nacional, o que não prejudica, em hipótese alguma, a execução de seu serviço.”*

A Constituição Federal consagrou em diversos dispositivos a preocupação com a correta aplicação dos recursos públicos, indicando a obrigatoriedade da realização do processo de licitação pública, visando permitir a Administração Pública contratar com verdadeira isonomia e eficiência, sem prejudicar a natural competitividade do mercado, na busca pela melhor oferta.

Observando a linha da proteção do interesse público e da eficiente utilização dos recursos públicos, determina com precisão o doutrinador Celso Antônio Bandeira de MELLO, três exigências públicas impostergáveis.

*A licitação visa a alcançar duplo objetivo: proporcionar às entidades governamentais possibilidades de realizarem o negócio mais vantajoso (pois a instauração de competição entre ofertantes preordena-se a isto) e assegurar aos administrados ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas governamentais pretendem realizar com os particulares.*

*Destarte, atendem-se três exigências públicas impostergáveis: proteção aos interesses públicos e recursos governamentais – ao se procurar a oferta mais satisfatória; respeito aos princípios da isonomia e impessoalidade (previstos nos arts. 5º e 37, caput) – pela abertura de disputa do certame; e, finalmente, obediência aos reclamos de probidade administrativa, imposta pelos arts. 37, caput, e 85, V, da Carta Magna brasileira.<sup>1</sup>*

Verifica-se do Edital de Licitação nº 013/2020, a suficiente e precisa definição do objeto licitado, constituindo regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes.

No tocante a alegação de comprometimento, restrição e/ou frustração do caráter competitivo, torna-se imprescindível avaliar o caso concreto, visando apurar suposta conduta ou tratamento isonômico de licitantes.

Os operadores envolvidos no presente procedimento licitatório devem INTERPRETAR, TRADUZIR, DECODIFICAR o campo de incidência da norma jurídica em debate, considerando o suporte fático envolvido.

A relevância do ato interpretativo está na sua condição de promoção da Justiça.

Cabe destacar o conteúdo da interpretação, para Paulo Bonavides, in Curso de direito constitucional, 7ª ed. São Paulo, 1997, pág. 398-399:

É a reconstrução do conteúdo da lei, sua elucidação, de modo a operar-se uma restituição de sentido ao texto viciado ou obscuro.

Trata-se (...) de operação lógica, de caráter técnico mediante a qual se investiga o significado exato de uma norma jurídica, nem sempre clara ou precisa.

Busca a interpretação (...) estabelecer o sentido válido de uma regra de direito. Questiona a lei, não o direito. O objeto da interpretação é (...) a norma jurídica contida em leis, regulamentos e costumes. Não há norma jurídica que dispense interpretação. (...)

---

<sup>1</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 21. ed., São Paulo: Malheiros, 2006, p.503.

Em verdade, a interpretação mostra o direito vivendo plenamente a fase concreta e integrativa, objetivando-se na realidade.

Verifica-se do **Anexo I – Termo de Referência** a expressa justificativa quanto à indicação de corretor com sede no Município de Campo Largo, tendo em vista a preocupação empresarial na execução do futuro Contrato Estatal.

**INDICAÇÃO DE CORRETOR:** Em função das dificuldades de solucionar problemas ocorridos com apólices anteriores, orientação, encaminhamento de documentos para acionamento de seguro e outros, a Empresa Seguradora deverá indicar Corretor com sede na Cidade de Campo Largo para administrar os seguros contratados.

O fundamento de validade das exigências descritas no objeto é a necessidade empresarial, justificável sob o ponto de vista técnico, considerando a realidade vivenciada (Princípio da Realidade) por esta Administração em contratos anteriores, tendo em vista desastres naturais acompanhados de perdas materiais.

No mesmo sentido determina a **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**, incluído pela Lei nº 13.655 de 2018, o qual constitui **dever da Administração Pública** em avaliar e motivar as consequências práticas da decisão e não em valores jurídicos abstratos. Vejamos o disposto no art. 20 do Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942:

**Art. 20.** Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

**Parágrafo único.** A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

Considerando o **Princípio da Realidade** vivenciada pela Administração e analisando o caso concreto, demonstra equilíbrio e proporcionalidade na regra editalícia, visando melhor adequação técnica aos objetivos finalísticos definidos na presente Licitação nº 013/2020.

A referida exigência de indicação de corretor no Município de Campo Largo reflete o **Princípio da Proporcionalidade**, descrito no parágrafo único do citado art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, considerando que cabe a Administração Pública demonstrar que a medida deve ser adequada, necessária e proporcional.

Na mesma linha determina Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini, citando o Professor Marçal Justen Filho, que o Princípio da Proporcionalidade “*está relacionado com a ‘ponderação de valores’ e com a ideia de que ‘a aplicação da regra jurídica deve ser norteadada pelo resultado que se busca atingir’*. Portanto, equilíbrio e finalidade legal, na concreção da norma, são critérios essenciais para a correta compreensão e aplicação do princípio em tela, o que também alcança o princípio da razoabilidade, matriz imediata da proporcionalidade.”

Não há que se declarar nulidade quando não houver prejuízos aos interessados ou ao próprio interesse público.

Diante do exposto, da justificativa apresentada, motivação, pressupostos de fato e de direito, bem como considerando a necessidade empresarial, a ausência de qualquer prejuízo para o interesse público, conclui-se pela inexistência de irregularidade no Edital de Licitação nº 013/2020, tendo em vista que as exigências não são desarrazoadas ou excessivas.

Campo Largo, 06 de abril de 2020.



**Ana Laura Lagner - Agente de Licitação**

(designada pela Portaria n.º 001/2020, de 02/01/2020)